

Gomes Cravinho — Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho.

Promulgado em 2 de Junho de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 9 de Junho de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

### Decreto-Lei n.º 224/99

de 22 de Junho

Face à crise petrolífera verificada na década de 70, a então Comunidade Económica Europeia estabeleceu limitações à utilização de produtos petrolíferos nas centrais eléctricas e determinou a manutenção de um nível mínimo de existências em combustíveis fósseis junto das centrais termoelectricas.

Tais disposições foram aprovadas, respectivamente, pelas Directivas do Conselho n.ºs 75/405/CEE, de 14 de Abril de 1975, e 75/339/CEE, de 20 de Maio de 1975, as quais, por sua vez, foram transpostas para o direito nacional após a adesão de Portugal às Comunidades, através dos Decretos-Leis n.ºs 359/90, de 14 de Novembro, e 368/90, de 26 de Novembro.

Considerando que a situação actual do mercado energético se alterou profundamente em relação à situação de crise petrolífera na década de 70, o Conselho Europeu, pelas Decisões do Conselho n.ºs 97/8/CE, de 20 de Dezembro de 1996, e 97/7/CE, de 20 de Dezembro de 1996, revogou, respectivamente, as mencionadas directivas.

Considerando-se que, no plano interno, também não se justifica que continuem a vigorar as normas dos diplomas legais acima mencionados, decidiu o Governo, no cumprimento de objectivos de simplificação legislativa e administrativa, proceder à sua revogação.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

#### Artigo único

São revogados os Decretos-Leis n.ºs 359/90, de 14 de Novembro, e 368/90, de 26 de Novembro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 29 de Abril de 1999. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *António Carlos dos Santos* — *Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura*.

Promulgado em 2 de Junho de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 9 de Junho de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

### Decreto-Lei n.º 225/99

de 22 de Junho

A Direcção-Geral das Relações Económicas Internacionais (adiante DGREI) é o serviço que, no âmbito do Ministério da Economia, tem a responsabilidade das relações económicas internacionais, competindo-lhe a formulação de políticas e a dinamização de acções nessa área numa lógica integrada, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 222/96, de 25 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 107/99, de 31 de Março.

Nesses termos, cabe à DGREI contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e com observância das suas competências próprias, consignadas no Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, apoiando o Governo no acompanhamento da actividade das organizações internacionais de carácter económico, designadamente as respeitantes à Organização Mundial do Comércio, e na formulação e execução da política comercial da União Europeia.

À DGREI é também atribuída a responsabilidade, em colaboração com outros organismos do Ministério da Economia, da concepção e execução da política de competitividade e internacionalização e da promoção dos factores estratégicos de construção de vantagens competitivas, numa perspectiva de inserção nos movimentos de globalização dos mercados.

Assim, a DGREI, que sucedeu à extinta Direcção-Geral do Comércio, na sua vertente externa e a que se vem juntar a vertente comunitária e internacional do Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, carece, atendendo às suas novas áreas de intervenção e à correspondente assunção de responsabilidades na gestão de medidas integrantes de programas de incentivos, de ajustamentos estruturais que lhe possibilitem um adequado e eficaz desenvolvimento das funções que lhe estão cometidas.

Nessa perspectiva, há que dotar a DGREI de diploma orgânico, dando cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 222/96, de 25 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 107/99, de 31 de Março.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 222/96, de 25 de Novembro, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Natureza e atribuições

#### Artigo 1.º

##### Natureza

A Direcção-Geral das Relações Económicas Internacionais (adiante designada DGREI) é o serviço do Ministério da Economia, dotado de autonomia administrativa, que, no domínio das relações económicas internacionais, contribui para a formulação de políticas e é responsável pela dinamização de acções numa lógica integrada, bem como pela coordenação e apoio técnico do Ministério da Economia em matérias relacionadas